

REGIMES POLÍTICOS E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diego Correa¹
José Luiz Sanguanini²
Marcelo de Lima³
João Heitor Silva Macedo⁴

Resumo: A política é a ferramenta pela qual o poder é evidenciado, a autoridade desempenhada pela instituição do Estado é a habilidade de se fazer valer interesses e/ou preocupações em prol de um fim comum, mesmo diante da consideração de que o bem ‘geral’ da nação não atinge efetivamente a todos. Certamente, é impossível falar de política sem mencionar os aspectos econômicos, eles se entrelaçam em todos os atos, decisões e regimes políticos de um país. A economia serve de lastro para as decisões governamentais, pois ela demonstrará a real situação da sociedade como um todo. Sendo assim, este artigo tem o intuito de apresentar uma abordagem sobre os regimes políticos a fim de avaliar seus reflexos na economia nacional e global, enfocando o Estado como um mecanismo sistêmico de governo.

Palavras chave: Governo. Política. Economia. Estado. Regimes. Poder.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história a humanidade sempre dependeu de uma variedade de regimes políticos, mesmo hoje as nações continuam sendo resultado de uma conjuntura de interrelações dispostas ao encontro de um fim comum, porém com configurações e padrões diferentes. Devido ao fato da política estar presente na sociedade em todos os aspectos e ser parte integrante de qualquer forma de Governo, entende-se que a esfera político-econômica está estritamente ligada ao crescimento e desenvolvimento de uma nação. Ela norteia o planejamento de qualquer regime de governo a ser adotado e sendo assim, torna-se fundamental para os planos de qualquer ação desempenhada pelo Estado.

A contabilidade é uma ciência social e por isso não é possível separá-la do sistema político. Diante disso, com o intuito de aperfeiçoar a visão holística do mercado, entende-se que a pesquisa etnográfica será capaz de enriquecer os conceitos de política, governo e seus regimes, economia e o papel do Estado, bem como a tomada de decisão pode trazer consequências positivas ou negativas para a sociedade em geral. Sendo assim, o estudo é justificado pela busca de valores não tão abordados ao longo do curso.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da FSG. Endereço Eletrônico: diego.correa58@yahoo.com.br

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da FSG. Endereço Eletrônico: j.sanguanini@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da FSG. Endereço Eletrônico: marcelodelima1991@yahoo.com.br

⁴ Mestre em História. Graduado em História. Professor de Sociologia das Organizações do Curso de Ciências Contábeis da FSG. Endereço eletrônico: joaoheitorsm@gmail.com.

Como objetivo geral, este trabalho visa identificar os impactos das políticas adotadas pelo Estado, e tem como objetivos secundários, analisar as principais políticas econômicas adotadas pelo governo, comparar os diferentes níveis de desenvolvimento no mundo, associar as políticas utilizadas às suas possíveis consequências e entender como o contexto histórico interfere nas práticas governamentais. Portanto, como a sociedade é afetada pelo governo a cerca das decisões tomadas pelo Estado em relação ao crescimento/desenvolvimento sócio-econômico?

2 POLÍTICA, GOVERNO, ESTADO E PODER

A corrente evolução das sociedades da atualidade implica não somente em mudanças nos usos e costumes, interrelações ou no cotidiano, mas afeta também os aspectos governamentais, no que tange à política e poder. Ao passo que a figura do governo pode ser representada por um conjunto de políticas, decisões e assuntos relacionados ao Estado, a política, por si só, equivale aos meios pelos quais o poder é sintetizado. Já o poder, segundo Giddens (2005, p. 342) “consiste na habilidade de os indivíduos ou grupos fazerem valer os próprios interesses ou as próprias preocupações, mesmo diante da resistência de outras pessoas”. Como se pode perceber, parece possível dizer que a separação dos três conceitos é inviável, pois um complementa o outro e estão estritamente ligados.

O Estado é composto por instituições (Parlamento e Congresso) que, por meio das políticas traçadas, controlam determinado território durante um lapso temporal. A era contemporânea trouxe às nações a ideia da cidadania como forma de reconhecimento que o povo tem direitos e deveres comuns; e, do nacionalismo, que está ligado ao lado sentimental de pertencer a um país. Todavia para que o Estado funcione como um todo foi necessário traçar o regime político no qual a sociedade se enquadra. Os regimes mais utilizados no mundo e que receberam ênfase foram: a monarquia; a democracia (participativa e representativa); o autoritarismo e o comunismo.

Em um de seus discursos pelo mundo, José de Saramago ⁵ enfatiza que tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa que não se discute... não se discute a Democracia. A Democracia está aí como se fosse uma espécie de santa de altar de quem já não se espera milagres, mas que está aí como uma referência, uma referência: a Democracia. E não se

⁵ Discurso extraído do documentário de Silvio Tendler “Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá”

repara que a Democracia em que vivemos é uma Democracia sequestrada, condicionada, amputada... porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós limita-se, na esfera política, repito, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a pôr outro de que talvez venha a gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões são tomadas numa outra esfera e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMI's, as organizações mundiais de comércio, os bancos mundiais, a OCDE, tudo isso... nenhum desses organismos é democrático. E, portanto, como é que podemos continuar a falar de Democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não! Donde está então a Democracia? (TENDLER *apud* SARAMAGO)

3 POLÍTICAS ECONÔMICAS

A economia analisa o mercado em seu conjunto e tem como propósito conhecer o nível de crescimento e desenvolvimento de um determinado país ou um conjunto de países que atuam sobre ele. Tais considerações são necessárias para que o entendimento da sociedade com todas suas relações comerciais e sociais possam traçar os caminhos a serem adotados pelo governo, ou seja, quais medidas devem ser tomadas ou quais ações são necessárias para a manutenção e o bom andamento da nação como um todo. Para chegar a tais conclusões econômico-financeiras é necessária a análise de um conjunto de indicadores que as influenciam.

A inflação é um dos principais indicadores que deve ser analisado, ela representa o aumento generalizado dos preços do mercado o que causa a perda do poder de compra da moeda nacional. Dentre os mais importantes índices para medir esta variável estão o IPCA⁶, que é o índice oficial do governo e o IGPM⁷, que é bem mais amplo e abrangente que o IPCA devido ao fato de levar em conta a análise de preços da construção civil. Por este motivo o último é mais utilizado que o primeiro, inclusive nas atualizações monetárias de contratos.

O governo, em relação à inflação, utiliza-se de bases políticas para manter o desenvolvimento e o crescimento da sociedade em geral. Os maiores exemplos destas políticas regulamentadoras do mercado são: a política monetária, a fiscal, a cambial e a

⁶Índice de Preço ao Consumidor Amplo

⁷Índice Geral de Preço do Mercado

comercial. A política monetária é vinculada ao BACEN⁸, e tem como principal ferramenta a taxa básica de juros.

A SELIC⁹ é a determinante da taxa básica de juros brasileira. Além deste a política monetária também utiliza os depósitos compulsórios e as taxas de redesconto para controlar a economia. Essa se baseia no princípio de que para reduzir o consumo, principal agente causador da inflação brasileira, é necessário taxar a circulação monetária.

A política fiscal baseia-se na reorganização das contas públicas, onde o superávit é necessário para regulamentação da economia. Tem como ferramentas os impostos, o controle das despesas públicas, os empréstimos e a emissão de títulos da dívida nacional.

Outra política é a cambial, que é fundamentada pelo preceito de que as taxas de câmbio e as variações cambiais são as responsáveis pelos períodos de prosperidade e recessão. Hoje a moeda mais utilizada no mundo é o dólar, e ele é usado como principal moeda de comparação entre as variações das taxas de câmbio. Os países podem “optar” entre dois tipos de câmbio, o fixo e o variável.

O câmbio fixo, também conhecido de câmbio do “um por um”, retrata a ideia de que as moedas deveriam ter paridade e valer a mesma quantia. Essa ferramenta é interessante em tempos de inflação aquecida, pois ela gera o efeito de âncora cambial, restando o aumento dos preços, afinal ela valoriza a moeda nacional, o que reduz o valor da moeda estrangeira perante a interna, assim aumenta-se a entrada de produtos importados e cresce a competitividade entre as organizações internas e externas. Entretanto a âncora pode gerar um grave problema: a armadilha cambial, que, quando uma moeda está apreciada, e a entrada de bens e serviços do exterior aumenta, pode ser que o mercado interno não tenha condições para suportar a competitividade imposta pela oferta estrangeira de baixo valor. Vale ressaltar que o Brasil utilizou esta ferramenta no início do plano real, onde a inflação era demasiadamente alta e o governo precisava controlá-la.

O outro câmbio que pode ser utilizado é o câmbio flutuante, que é utilizado atualmente no Brasil. Baseia-se no princípio de que o câmbio é variável e regido pelas forças do mercado mundial. Quando uma moeda está apreciada é aceitável pelo fato de que novas alternativas no mercado interno geram competitividade, o que leva o mercado ao aprimoramento, porém pode ser perigoso, pois as importações aumentam. E quando uma moeda está depreciada ela pode ser favorável quanto ao aumento das exportações, porém pode ser degradante, no caso

⁸ Banco Central do Brasil

⁹ Sistema Especial de Liquidação e Custódia

do Brasil, em uma possível inflação de custos devido a alto valor dos fatores de produção que são importados.

E por fim, a última política é a comercial que utiliza com ferramenta as taxações ao comércio mundial, todavia ela é pouco difundida. Para ser utilizada é necessária a aprovação da OMC¹⁰. O PIB¹¹ é considerado o sucesso nacional, representa o crescimento (produtividade) de um país. E é para garantir o bem estar das forças de oferta e demanda que as políticas governamentais são utilizadas.

4 METODOLOGIA

Este estudo tem natureza descritiva, dado seu objetivo de analisar as características descritas na questão de pesquisa introdutória. Trata-se de um estudo de caso confirmatório que envolve a coleta de dados, a avaliação de conteúdos, a interpretação e a apresentação de resultados. Vale ressaltar que se têm como principais técnicas de coleta de dados a entrevista direcionada a professores da Faculdade da Serra Gaúcha, o questionário destinado a alunos do curso de Ciências Contábeis e a análise bibliográfica.

Sendo o levantamento de dados entrevistas, questionários e a análise de documentos impressos e digitais, temos aqui uma pesquisa também exploratória, que seria uma busca por informações. Esta se enquadra em uma investigação quali-quantitativa, pois proporciona um resultado mais aprofundado e compreensivo, com as entrevistas e também um resultado estatístico pelos questionários. Haguete (1999) diz que os métodos utilizados conjuntamente trazem resultados mais eficazes e de relevância aprofundada. Tendo em vista que a pesquisa realizada tem suas bases nas ciências sociais, ela tem como alvo principal profissionais do ramo e estudantes das mesmas.

5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Com base nos dados coletados e analisados, e utilizando o conhecimento científico adquirido na formatação do referencial teórico, foi possível obter resultados satisfatórios e relevantes do ponto de vista acadêmico durante a entrevista com os professores e os questionários aos alunos. Sendo assim, segue abaixo os resultados obtidos.

¹⁰ Organização Mundial do Comércio

¹¹ Produto Interno Bruto

O processo de globalização faz com que as informações sejam transmitidas em uma velocidade muito maior hoje do que em qualquer outra etapa da história, isso torna a população mais esclarecida a cerca dos fatos que ocorrem em todo o mundo, no entanto, ainda assim há pessoas que não têm acesso à internet, televisão ou jornais. Em um documentário sobre o tema ‘Globalização’, Milton Santos defende que “A clarividência é uma virtude que se adquire pela intuição, mas sobretudo, pelo estudo... é tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro.” (TENDLER, 2006). O direito do voto é compulsório a todos os cidadãos (juridicamente) capazes (!), porém o Estado fornece subsídio (neste caso, **educação**¹²) para que as pessoas tenham o correto discernimento a cerca do candidato a ser escolhido?

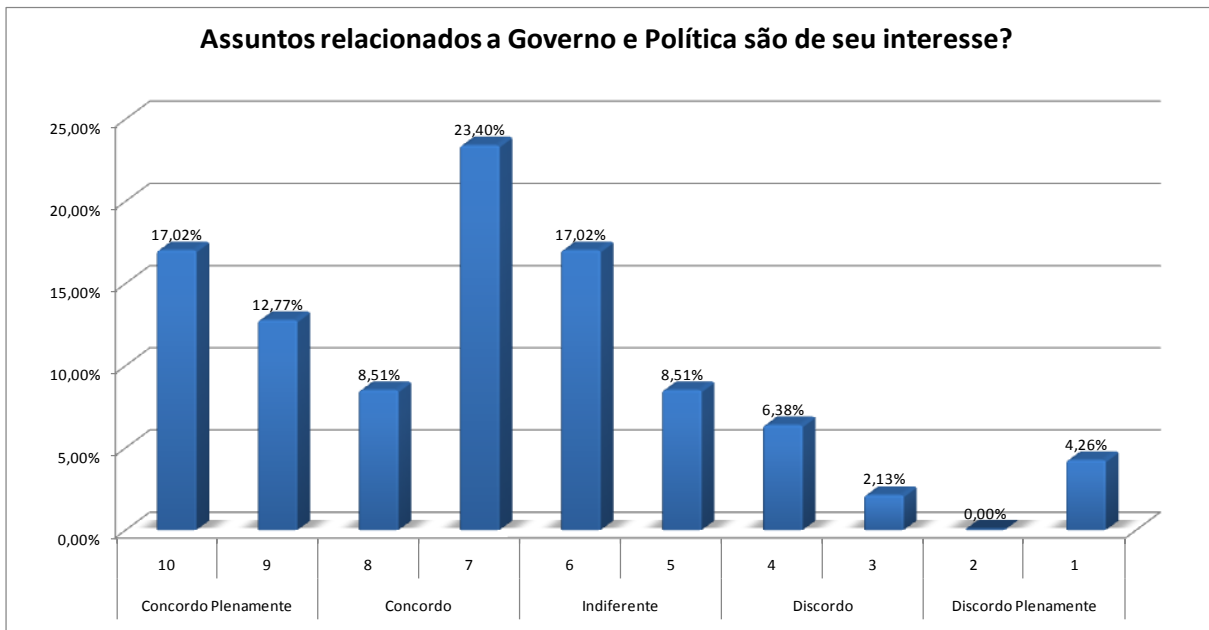


Gráfico 1: Interesse da População entrevistada quanto aos assuntos relacionados a política
Fonte: Os Autores

Referente aos assuntos relacionados a Governo e Política, é possível perceber que há aceitação dos entrevistados pelo tema, pois dos 47 entrevistados, 29 têm interesse pelo assunto. Este fato demonstra que o tema, embora polêmico, desperta o interesse da população entrevistada. Sendo assim, entende-se a abordagem político-econômica está presente no cotidiano.

¹² Grifo nosso

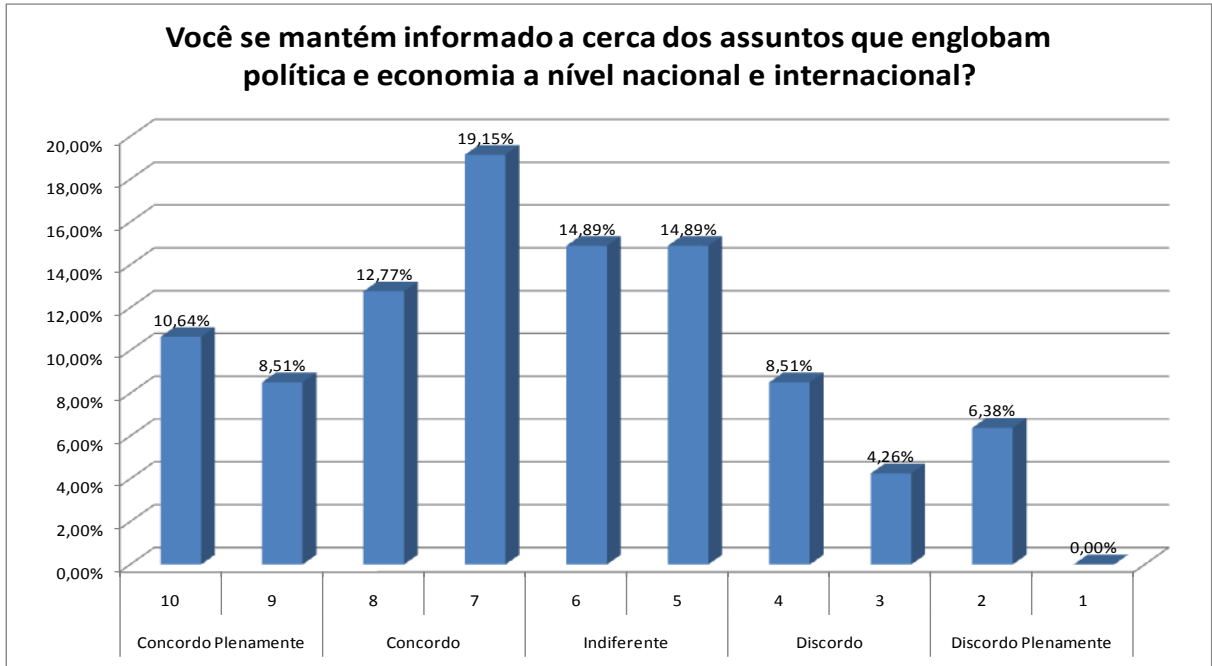


Gráfico 2: Quanto ao nível de atualização dos entrevistados
Fonte: Os Autores

Com base nos dados levantados, pode-se afirmar que da mesma forma como há o interesse pelo assunto, há também a busca constante por informações correlacionadas à abordagem. Foi possível identificar que mais de 50% dos entrevistados marcaram opção igual ou maior a 7 (sete). No entanto, será que a fonte de informações buscada, é realmente a adequada? A informação obtida é, de fato, concisa?

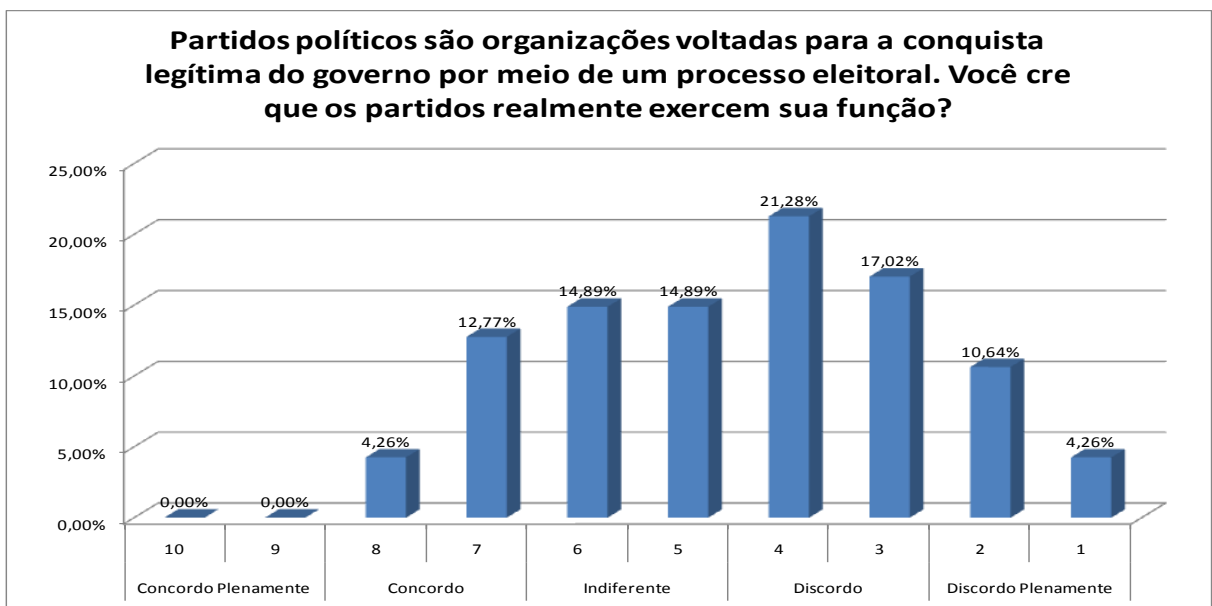


Gráfico 3: Quanto a idoneidade dos partidos políticos
Fonte: Os Autores

Levando em conta os resultados apurados, percebe-se que não existe credibilidade por parte dos partidos político no que tange à idoneidade dos mesmos. Em contrapartida aos outros gráficos, esse demonstra maior quantidade de marcações nos itens negativos, sendo que dos 47 entrevistados, 39 assinalaram 6 (seis) ou inferior. Com isso outra polêmica é levantada, onde o povo escolhe seus representantes e ao mesmo tempo não está satisfeito com quem escolheu, diante disso, que democracia é essa?

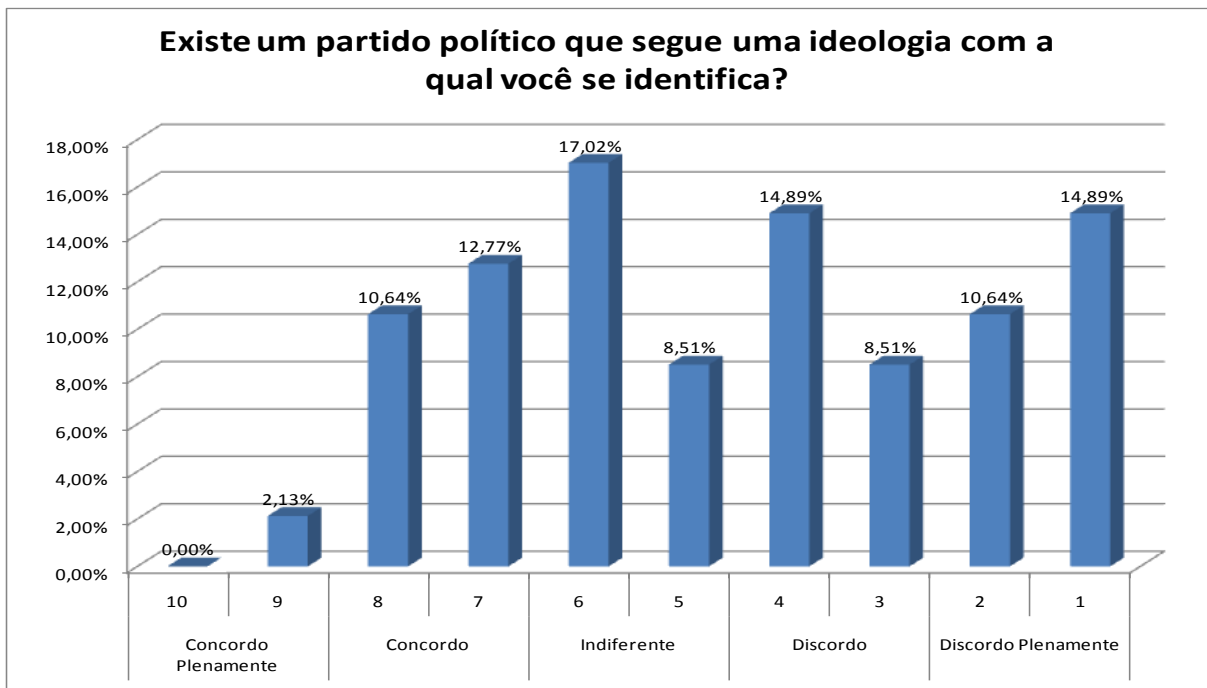


Gráfico 4: Ideologia dos partidos políticos e a identificação com a população entrevistada
Fonte: Os Autores

Novamente a contradição é parte integrante do resultado da pesquisa, pois da mesma forma como o gráfico anterior, quando questionado quanto à aceitação da ideologia do partido político, houve mais respostas negativas, do que positivas. Sendo assim, será que existe por parte do povo, a consciência de quais são os princípios do partido? O cidadão tem noção de que não há personalidade individual dos políticos (vota-se no partido e não no candidato)?

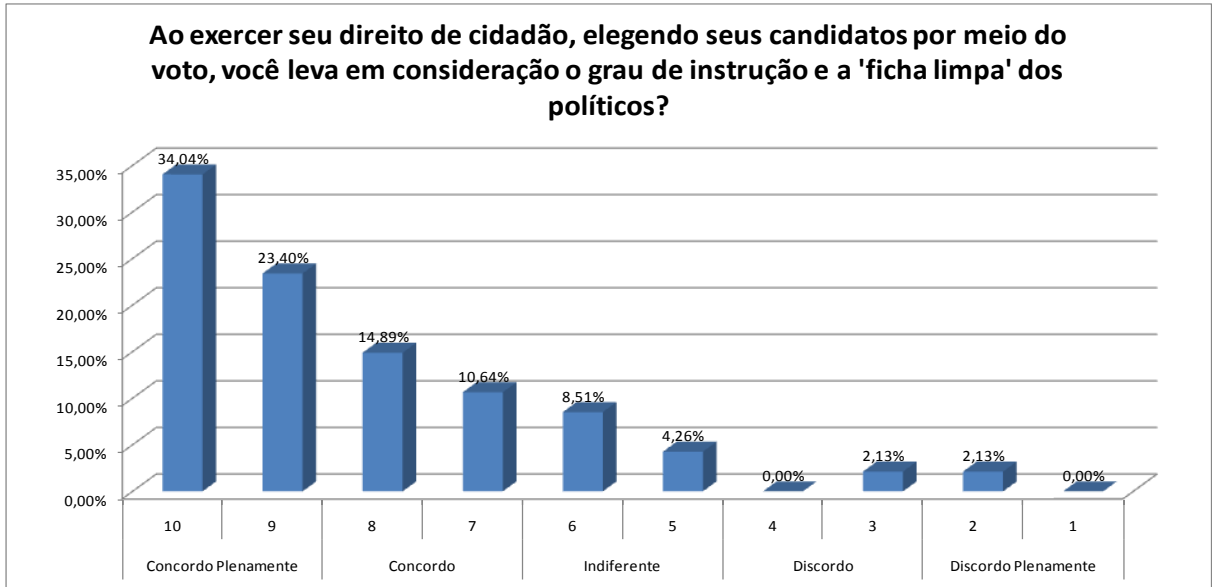


Gráfico 5: Considerações quanto ao(s) candidato(s) escolhido(s)

Fonte: Os Autores

Nesse gráfico é possível notar que há preocupação pelo eleitorado em conhecer a honestidade dos candidatos, pois mais de 80% das marcações foram positivas (maiores que 7). Se a população tem o poder de escolher seus representantes, e preocupa-se com sua ficha processual, por que está insatisfeita com relação às ideologias dos partidos existentes (conforme gráfico 4)?

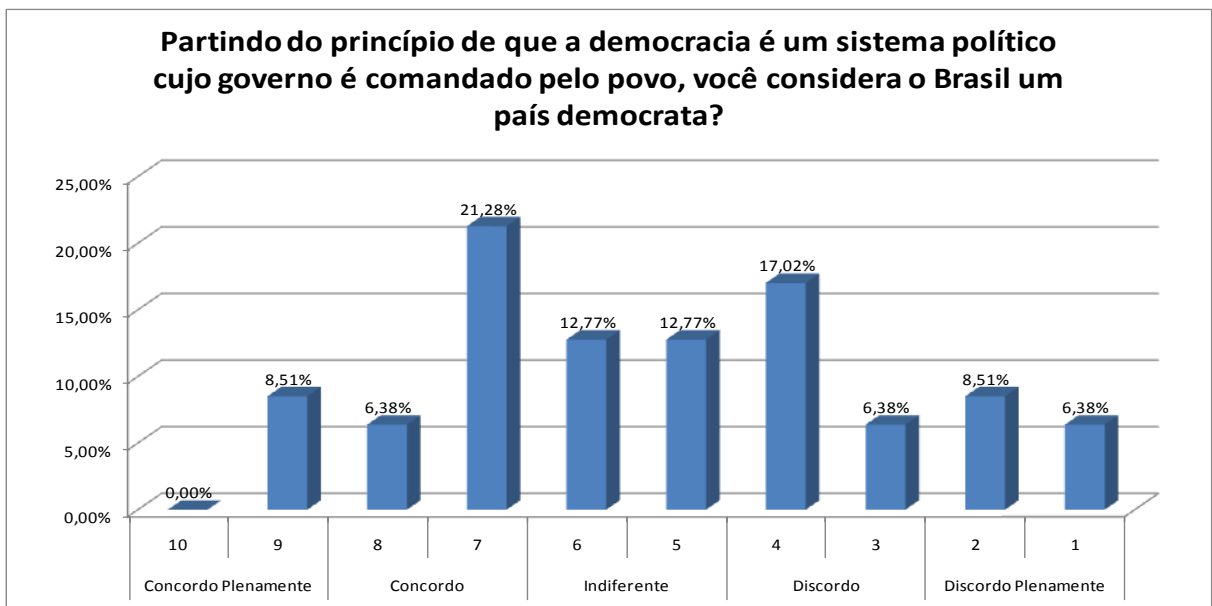


Gráfico 6: Democracia do Brasil

Fonte: Os Autores

Nessa pergunta existe oscilação notória nas respostas sendo que ninguém concorda plenamente com a denominação para o país. Tantas foram as respostas a favor, quanto contra. Isso indica insegurança da população em relação ao regime político adotado pelo Estado.

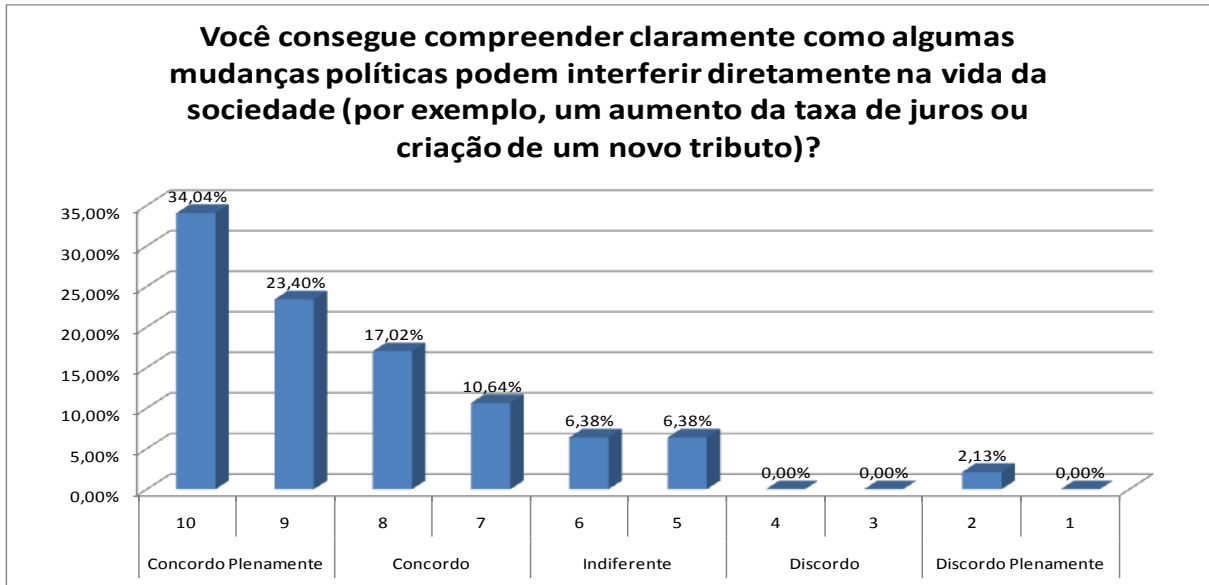


Gráfico 7: Interferência das decisões políticas no cotidiano

Fonte: Os Autores

As respostas dessa pergunta apontam para um esclarecimento por parte dos entrevistados, pois a grande maioria assinalou a marcação indicando que entende o impacto que uma alteração na taxa de juros tem sobre o cotidiano. No entanto, levanta-se o questionamento de que até que ponto é o entendimento que se tem?

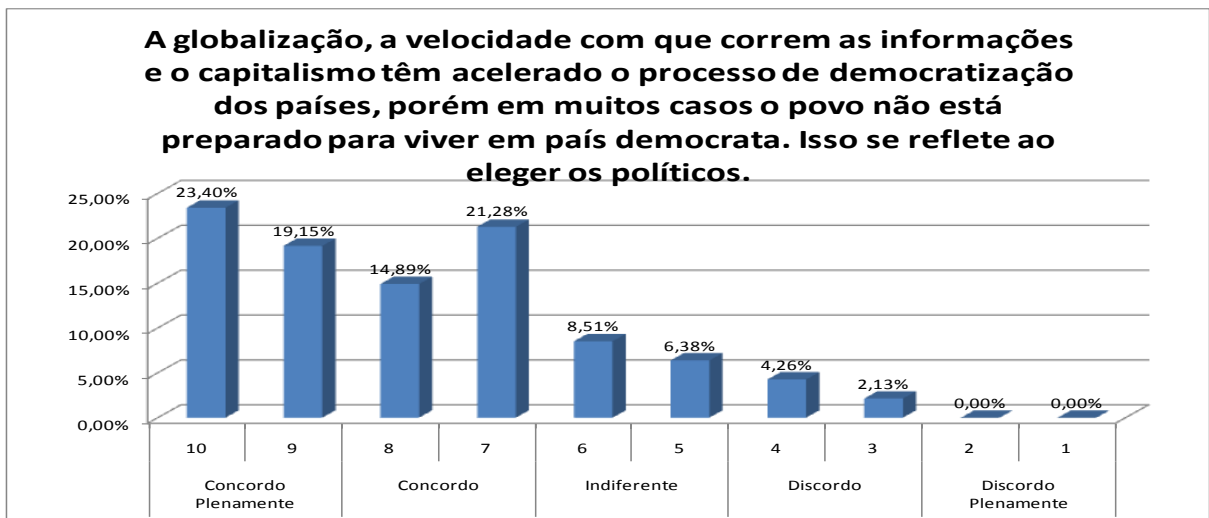


Gráfico 8: Subsídio do Governo ao povo para que haja democracia idônea

Fonte: Os Autores

A maioria dos questionados concorda com a afirmação sobre a democracia. E não diferente das considerações sobre as outras questões levantam-se outras perguntas: E no Brasil, será que o povo está preparado para viver em um país democrata? Como está o desenvolvimento da democracia populacional no território nacional? E assim segue a nação, sem entender o regime adotado pelo Estado, porém na inércia referente a falho ato da escolha de seus representantes.

5.1 Resultados das Entrevistas

As decisões governamentais acerca das políticas adotadas pelo Estado refletem diretamente tanto no desenvolvimento da nação quanto no crescimento econômico do país. Considerando que essas têm como escopo básico a manutenção das atividades estatais, há uma evidente afetação no desenvolvimento econômico, eis que recursos que poderiam ser aplicados em áreas que refletem em desenvolvimento são utilizados para suportar o peso do Estado, custeando o inchaço e a ineficiência do serviço público. Talvez esse fato seja a principal diferença, entre as políticas adotadas pelo Brasil com relação aos países desenvolvidos: as políticas brasileiras parecem destinadas a desenvolver e sustentar a máquina do Estado, ao invés de serem destinadas ao desenvolvimento do País.

Hoje os atos do governo são classificados em três políticas, distintas entre si pela forma de impacto proporcionado: Política Monetária, Política Fiscal e Política Cambial. A primeira destas, certamente a de efeito mais rápido, é importante no controle da inflação, para que se mantenha o poder de compra da população e não gere insatisfação geral da nação. A fiscal é necessária para o saneamento das contas públicas, ou seja, para que o Estado consiga se manter e cumprir com suas obrigações perante a sociedade. Certamente esta é a que mais gera desconforto na população brasileira, pois a alta carga tributária nacional trava novos empreendimentos e castiga cruelmente os já existentes, ela pode até ser apontada, junto a burocracia nacional, como principal causa da informalidade no país. E a cambial é essencial para a balança comercial, afinal esta é obtida pela diferença entre as importações e as exportações. Já a política comercial é pouco utilizada e interfere indiretamente na população.

É de conhecimento geral que a produção de novas tecnologias e a inovação industrial contribuem diretamente para o desenvolvimento do país, em face disso, é possível afirmar que o Governo Nacional colabora relativamente pouco para o aprimoramento desses setores, onde

as empresas têm inúmeras adversidades. Pode-se utilizar como exemplo a seguinte situação: atualmente há uma lei de incentivo à inovação tecnológica que exclui dos benefícios as empresas optantes pela tributação do imposto de renda com base no lucro real, que, sabidamente, são as empresas que mais têm capacidade para investir em inovação. Diante disso, questiona-se que tipo de colaboração é esta?

Infelizmente o governo brasileiro não colabora como deveria para o desenvolvimento e produção de tecnologia e inovação. Isso devido ao desrespeito à propriedade intelectual e a um marco regulatório pouco claro, e nada conciso e objetivo. Existe falta de incentivos para se inovar, para o empreendedor é muito difícil sair da inércia e montar um negócio.

Existem inúmeras diferenças latentes entre as políticas adotadas pelo Brasil em relação as dos países desenvolvidos. Entre elas podemos citar as políticas protecionistas, que nos países desenvolvidos são utilizadas para fortalecer a participação de determinados setores no comércio mundial, enquanto no Brasil levam a redução e acomodação referente à participação nesse. Outro exemplo é que a exportação brasileira é pautada em produtos com baixo valor agregado (commodities) e nos países desenvolvidos ao contrário, pois estes são grandes exportadores de bens de capital e tecnologia.

As tomadas de decisões dos governantes do passado influem muito no contexto e em todo regime atual, como por exemplo, o Plano de Substituição de Importações, da Era Vargas (1930), que possibilitou a industrialização do país, porém atrasou o mesmo tecnologicamente. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1945) que gerou um crescimento imenso para o país, mas infelizmente endividou o mesmo de uma maneira absurda. E mais recentemente, o Plano Real (1994) que amenizou drasticamente o problema crônico da grotesca e aquecida inflação do passado, e é utilizado até os dias de hoje. Assim, todas as políticas atuais são decorrências de outras, ou para consertar as faltas geradas ou para dar continuidade à eficiência das mesmas. Ainda cabe destacar que as tomadas de decisões dos governantes de outrora influem nas decisões dos governos de hoje na medida em que a situação se torna um círculo vicioso. Onde o que começou errado acabou virando traço cultural, que tem como decorrência, as políticas voltadas basicamente à sustentação da máquina do Estado.

Se analisadas a política e a economia profundamente ver-se-á que não são e nem nunca foram abordadas devidamente junto à população. Falta educação ao povo e assim todo sistema governamental segue prejudicado e corrompido pela falta de conhecimento e ação reagentes da nação, o que se reflete na corrupção e na falta de incentivos e necessidades básicas a todos. Espera-se que um dia a política seja satisfatória, que a economia seja regida

apenas pela mão invisível das forças de oferta e demanda do mercado e que para a sociedade não falte educação, saúde e segurança, mas enquanto isso é apenas uma utopia cabe aos afortunados lutar por liberdade, igualdade e fraternidade para que assim o país e o mundo possam se tornar um lugar melhor para todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política é a ciência do governo, do povo e das ações públicas, e certamente seu entendimento pela população em geral é crucial tanto para o desenvolvimento quanto para o crescimento de um país. Ela é o conjunto de atos e pretensões do governo em prol de um bem comum para toda a sociedade, porém em diversas situações percebe-se que o bem não é tão generalizado quanto parece ser. Onde está a igualdade, quando só parte interessada é favorecida, ou onde alguns não têm o que comer e outros esbanjam seus poderios frente à alta sociedade? Muitas vezes a política é vista como um sistema corrompido e falho que se atenta apenas aos interesses e não ao povo em si, essa é uma visão distorcida, mas não errada, afinal a política hoje sim é muitas vezes corrupta e subversiva, entretanto cabe ao povo lutar por seus direitos. Cabe ao povo demonstrar que em uma democracia vencem os interesses da maioria e não dos mais afortunados, cabe a ele escolher conscientemente seus representantes e sem sombras de dúvidas cabe a ele fiscalizar as verbas oriundas destes, e cobrar todas as necessidades necessárias para uma subsistência humana, digna e justa.

7 REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa - Ação**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia:** princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOCHON, Francisco. **Princípios de economia.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

TENDLER, Sílvio. **Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá.** Brasil. 2006.

YIN, Robert. K. Estudo de caso: **planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.